

## **Questão agrária e conflitos no campo: Morada Nova - Baixa do Arroz, Monção, Maranhão**

## **Agrarian issues and conflicts in the countryside: Morada Nova - Baixa do Arroz, Monção, Maranhão**

Carlos Magno Soeiro Mendonça<sup>1</sup> 

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha<sup>2</sup> 

### **Resumo**

O presente estudo aborda a questão agrária no Maranhão, destacando os conflitos agrários na comunidade rural Morada Nova - Baixa do Arroz, localizado no município de Monção, compreendido como território camponês de confrontamento e resistência. A comunidade constitui parte do Projeto de Assentamento Diamante Negro Jutay, fruto da luta dos camponeses organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conquistada na década de 1990. A pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa, com procedimentos metodológicos que incluíram levantamentos documentais e revisões bibliográficas sobre a luta pela terra e conflitos no campo no Brasil, com destaque para o Maranhão. Dentre os resultados, observa-se que a trajetória da luta pela terra no Brasil é composta de inúmeros conflitos, intensificados no governo de Jair Bolsonaro. No Maranhão, tal situação não é diferente, considerado um dos estados que lideram o ranking de conflitos no campo no país. Diante dessa conjuntura, evidencia-se o processo de lutas e resistências no assentamento, com foco nos conflitos internos, educação, cultura, lazer e produção agroecológica.

**Palavras-chave:** conflitos; assentamento rural; resistência; Morada Nova.

### **Abstract**

This study addresses the agrarian question in Maranhão, highlighting agrarian conflicts in the rural community of Morada Nova - Baixa do Arroz, located in the municipality of Monção, understood as a peasant territory of confrontation and resistance. The community is part of the Diamante Negro Jutay Settlement Project, a result of the struggle of peasants organized in the Landless Rural Workers Movement (MST), achieved in the

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista (Unesp) – São Paulo – SP. Doutorando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe na área da Geografia do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL. E-mail: [magno.mendonca@unesp.br](mailto:magno.mendonca@unesp.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente – SP. Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA). E-mail: [janaina.vinha@uftm.edu.br](mailto:janaina.vinha@uftm.edu.br)

1990s. The research was based on a qualitative approach, with methodological procedures that included documentary surveys and bibliographic reviews on the struggle for land and conflicts in the countryside in Brazil, with emphasis on Maranhão. Among the results, it is observed that the trajectory of the struggle for land in Brazil is composed of numerous conflicts, intensified during the government of Jair Bolsonaro. In Maranhão, this situation is no different, considered one of the states that lead the ranking of conflicts in the countryside in the country. In this context, the process of struggles and resistance in the settlement is evident, focusing on internal conflicts, education, culture, leisure, and agroecological production.

**Keywords:** conflicts; rural settlement; resistance; Morada Nova.

---

## **Introdução**

O presente trabalho propõe uma reflexão e debate sobre os conflitos agrários no Maranhão, contextualizando Morada Nova - Baixa do Arroz, Monção, considerado espaço de vida e resistência do campesinato. No referido estado, a luta dos camponeses contra a classe dominante se consolidou e avançou com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passou a realizar inúmeras ocupações de terras a partir de 1985. Foi nesse contexto de lutas que a fazenda Diamante Negro foi ocupada em 1989, às margens da BR-222, no então município de Vitória do Mearim. A referida área é conhecida como Projeto de Assentamento Diamante Negro Jutay, e abrange dois municípios limítrofes: Monção, onde está localizado a comunidade Morada Nova – Baixa do Arroz, e o município de Igarapé do Meio.

Morada Nova – Baixa do Arroz é uma comunidade camponesa composta por 90 famílias assentadas e excedentes (não inscritas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA), contendo uma população estimada de 300 habitantes, incluindo crianças, jovens e adultos. Está localizada na zona rural de Monção, município que compõe a baixada maranhense, a 246 km de São Luís, a capital do Maranhão.

Morada Nova está entre as oito comunidades que compõe o Projeto de Assentamento Diamante Negro Jutay, caracterizada como uma área abundante em recurso naturais, como lagos, áreas de floresta nativa e animais, e rico, também, em seu contexto histórico, já que na comunidade, objeto deste estudo, foram encontrados vários artefatos do período da escravatura. De acordo com relatos de moradores, existiu um

quilombo chamado Jutay, às margens do rio Pindaré, que serviu de refúgio para muitos escravizados em busca de liberdade no século XIX.

Historicamente, desde a colonização do Brasil, o processo de disputa pela terra, protagonizada pelo embate entre a burguesia e a classe trabalhadora do campo, é composta por muitos conflitos e violências. Tal situação de conflitualidade, marcada por constituir-se numa problemática estrutural, inerente ao modo de produção capitalista, não se difere da realidade vivida no Maranhão. O estado está entre os que lideram o *ranking* de conflitos no campo, como será debatido no presente trabalho. Fernandes (s.d.) define a conflitualidade como “uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, consequentemente à concentração da estrutura fundiária” (Fernandes, s.d., p. 27), e [...] questões sociais, econômicas e políticas. Segundo o autor, a resposta a tudo isso “é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária” (Fernandes, s.d., p. 27).

Entre os anos de 2019 a 2023, os conflitos de terras no Brasil se intensificaram. Só no Maranhão, foram registrados 822 casos que expressam as disputas territoriais no campo, envolvendo 81.002 famílias. Deste total, 29 camponeses, dentre homens e mulheres, tiveram suas vidas brutalmente ceifadas. A necropolítica (Mbembe, 2018) e a contrarreforma agrária do governo Bolsonaro incentivou esse cenário, legitimando o tripé “grilagem/desmatamento/violência” (Alentejano, 2022). A política adotada fica clara a partir da análise dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2020, já que na pandemia de covid-19, foi registrado o maior número de conflitos por terras desde 1985, com 241.576 conflitos e 171.625 famílias. Ainda, segundo o autor, a violência também assola perversamente os povos originários, tendo, em 2020, 182 indígenas assassinados. Evidencia-se, assim, o aumento dos conflitos no campo no governo Bolsonaro, sobretudo quando comparados os dados de 2019 e 2020.

A metodologia baseou-se na abordagem qualitativa, com o emprego de procedimentos metodológicos que incluíram, principalmente, levantamentos e revisões bibliográficas baseados em Morissawa (2001), Araújo (2020), Azar, Silva e Silva (2021), Sodré (2021), Pedrosa (2021) e Fernandes (2012), dentre outros que debatem o território, a luta pela terra e os conflitos no campo. Além disso, foi efetuado levantamento documental, a partir da consulta no banco de dados da CPT no período de 2019 a 2023,

no intuito de identificar os conflitos de terras. Foram realizados, também, trabalhos de campo junto das famílias camponesas e da população de Morada Nova e São Raimundo no período de setembro a novembro de 2021. Foram quatro indivíduos entrevistados, empregando a técnica da entrevista semiestruturada.

As reflexões aqui apresentadas constituem parte da dissertação intitulada “Escola do campo e juventude sem terra na luta pela educação do campo e pela reforma agrária popular: o caso da Escola Municipal Conrado Pereira no Maranhão”, desenvolvida e concluída junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), concluída em 2023.

Importante destacar que para o embasamento teórico-metodológico deste texto, adotamos a pesquisa militante, considerando que esse tipo de pesquisa designa um amplo e diverso espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora, e busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática das lutas populares. É um processo multidirecional que articula intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com o objetivo de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações.

A pesquisa militante recoloca, em um patamar emancipador e legítimo, as investigações que envolvem a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social. Trata-se, em suma, de investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la (Bringel; Varella, 2016). No que diz respeito ao pesquisador ou pesquisadora militante, estão “indissociavelmente conectados à sociedade e a suas contradições, atuando, através de suas ações, sobre a realidade para perpetuá-la ou para modificá-la” (Jaumont; Varella, 2016, p. 447).

Ainda, segundo os autores, “o intelectual pode tomar posição no sentido de direcionar, legitimamente, sua intencionalidade na produção de conhecimentos para a superação desta condição brutal de exploração e dominação”. Portanto, a pesquisa militante permite que militantes pesquisadores (as), camponeses (as) e sujeitos políticos realizem uma análise mais crítica da realidade, visando a transformação social. Vai além,

já que é desenvolvida por sujeitos que participam, organicamente, das lutas e confrontamentos no campo, nas águas e nas florestas.

O trabalho está organizado em dois eixos centrais: no primeiro, denominado “Lutas e conflitos pela terra no Maranhão”, contextualizamos o processo de lutas e conflitos no campo no estado, atualizando os dados que envolvem a questão agrária e a violência no campo; no segundo, intitulado “Morada Nova – Baixa do Arroz: caracterização”, realizamos essa mesma reflexão para a análise particular do assentamento rural, compreendendo-o enquanto território camponês, com destaque aos conflitos internos, educação, cultura, lazer e produção agroecológica.

### **Lutas e conflitos pela terra no Maranhão**

A prática de lutar por um “pedaço de terra” ocorre há mais de 500 anos pelos que tombaram na luta, hoje realizada, principalmente, pelos movimentos sociais do campo. Um dos movimentos que representam parte dessa luta, em especial pela Reforma Agrária, foram as Ligas Camponesas, que segundo Morissawa (2001), teve início por volta da década de 1950 no Nordeste, especificamente no estado de Pernambuco, em que “[...] agricultores usavam terras abandonadas por seus donos em troca de foro, uma espécie de aluguel [...]” (Morissawa, 2001, p. 92). No ano de 1955, os donos de um engenho chamado Galiléia, localizado no município Vitória de Santo Antão (PE), resolveram não só aumentar o valor do aluguel, como também expulsar os trabalhadores da área, que “passaram a se mobilizar” e lutar, com representação do advogado e deputado, Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Morissawa, 2001, p. 92).

Assim, as Ligas Camponesas ganharam apoio e força de entidades que ajudaram os trabalhadores a se mobilizar e lutar pela Reforma Agrária. No decorrer dos anos, a luta dos movimentos e organizações do campo passou a não se limitar só pela terra, adentrando a necessidade de lutar, também, por outras dimensões de vida, como saúde e educação, porém, com a ditadura civil militar (1964-1985), as lutas sociais - e de forma particular as lutas do campo - passaram por momentos de forte repressão, com torturas, mortes e perseguições.

A ditadura civil militar no Brasil foi um período que, de acordo com Lara e Silva (2015), “por meio da violência, os setores reacionários atuaram com prisões de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção em

sindicatos” (Lara; Silva, 2015, p. 277). Ainda, segundo os autores, “[...] as ações acima citadas foram estratégias do regime militar com objetivo de governar o país por meio da “exploração e repressão de classe no Brasil” (Lara; Silva, 2015, p. 279).

Se aproximando do término do regime civil militar, Coletti (s.d., p. 1) afirma que no final da década de 1970, os movimentos retomaram a luta pela terra, momento em que foram realizadas várias ocupações de terra no Sul do país. “[...] Outras ocupações de terra ocorreram até janeiro de 1984, quando se realizou o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no qual foi fundado, oficialmente, o MST”. Ainda de acordo com Coletti, o surgimento do Movimento é, “[...] fruto de uma questão agrária não-resolvida no Brasil, e foi consequência, também, de não existir, naquele momento, por parte do sindicalismo oficial no campo, uma capacidade efetiva de mobilizar e de organizar os trabalhadores rurais em luta pela terra” (Coletti, s.d., p. 1).

No Maranhão, o Movimento chegou por volta de 1985, através dos “trabalhadores maranhenses presentes no 1º Congresso Nacional do MST do Centru (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural), entidade do oeste do Maranhão” (Morissawa, 2001, p. 189), e militantes advindos de outros estados brasileiros para “contribuir com a construção do Movimento” no estado (Fernandes, 2000, p. 122). Na região de Tocantina, segundo o autor, concentrava-se um grande número de áreas griladas e conflitos, local em que os camponeses foram perseguidos e expulsos por militares e pistoleiros. Os trabalhadores expulsos acabavam se dirigindo para as periferias das cidades vizinhas, onde já existiam inúmeras famílias sem-terra.

Para Fernandes (2000) e Morissawa (2001), foi no mesmo ano (1985) que o MST maranhense foi constituído, dando apoio ao Centru, quando 537 famílias ocuparam a Fazenda Capoema, localizada no município de Santa Luzia. A partir de então, o MST passou a realizar suas ocupações no estado. Em 1987, com 250 famílias, o movimento ocupou, no mesmo município, a Fazenda Criminosa.

No ano seguinte, em 1988, o MST, com 144 famílias, ocupou a Fazenda Gameleira em Imperatriz, e no decorrer dos anos seguintes passou a realizar outras ocupações, como foi o caso da Fazenda Terra Bela, em Buriticupu, onde enfrentou problemas com pistoleiros e policiais. “Paralelamente, com o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da CPT, buscavam negociar a desapropriação da área” da referida fazenda (Morissawa, 2001, p. 190). E em

1989, já chegando no Norte maranhense, ocupou a Fazenda Diamante Negro, com cerca de 500 famílias de maranhenses e dos estados do Piauí e Ceará, no então município Vitória do Mearim. Nas terras da referida fazenda,

[...] residiam comunidades formadas por apenas um tronco familiar. Com a expansão da pecuária na região, nos anos de 1970, esses grupos ficaram sujeitos a relações de exploração com o pretenso “dono da terra”, como cobrança de renda, para definir suas plantações, e a situações de conflitos, em função da destruição de suas roças pelo gado (Araújo, 2010, p. 71).

O processo de ocupação da fazenda Diamante Negro foi repleto de conflitos com pistoleiros e de um violento confronto com a polícia, dando origem a prisões e despejos, porém, as famílias resistiram. A “[...] luta se fortaleceu e durante 13 anos travou-se um longo processo de conflitos com despejos e reintegração de posse, até que em 1993, concretizou-se o assentamento das famílias na terra desapropriada” (Mendonça, 2015, p.31). Depois da ocupação, a resistência das famílias resultou na desapropriação da terra em 1994, sendo que,

Em 1995 o MST começou a propor uma estrutura organizativa que inclui a redefinição do espaço nos assentamentos, em agrovilas, obedecendo aos critérios geográficos e demográficos, com os objetivos de facilitar o acesso das famílias aos benefícios coletivos, facilitar o deslocamento das famílias para os locais de trabalho e evitar o inchamento dos assentamentos (Araújo, 2010, p 72).

Com a desapropriação da área, o território camponês foi criado, com a criação do Projeto de Assentamento – PA Diamante Negro Jutay. O assentamento abrange uma área de 8.888 hectares, abrangendo dois municípios vizinhos, Monção e Igarapé do Meio, dividido em oito agrovilas. Sete delas fazem parte do município Monção (Ananazal, Cordeiros, Água Branca, Morada Nova – Baixa do Arroz, Nova Morada, Cerdote e São Raimundo), e já eram povoados existentes antes da ocupação. Já a agroville Vila Diamante, constituída pelas famílias ocupantes da fazenda, foi organizada no período do acampamento, e localiza-se no atual município Igarapé do Meio.

Ao longo dos anos, muitas outras lutas e confrontos foram travados no Maranhão. De acordo com Araújo (2020), as ocupações de terras organizadas pelo MST no estado se expandiram nas décadas de 1990 e 2000, seguidas de muitas repressões, despejos, mas também de resistências e conquistas. Para se ter uma ideia, no intervalo de tempo citado, no referido estado, foram ocupadas as seguintes fazendas: Cipó, no município Coelho Neto; Guaraci, em Itapecuru Mirim; Salva Terra, em Vargem Grande; Satubinha, em Presidente Vargas; Santa Isabel, em Nina Rodrigues “(que já foi palco da

grande revolta dos Balaios em 1838” (Araújo, 2020, p. 94-97). As referidas ocupações resultaram na conquista dos assentamentos Vila de Fátima, em Coelho Neto; Conceição Rosa, em Itapecuru Mirim; Padre Trindade, em Vargem Grande; Padre Josimo, em Presidente Vargas e Palmares II em Nina Rodrigues.

Posterior aos anos 2000, outras ocupações organizadas pelo MST foram realizadas pelos trabalhadores no Maranhão. E como fruto das referidas ações, o INCRA desapropriou os assentamentos Cipó Cortado no ano de 2006 no município Senador La Roque, e Cristina Alves, em 2007, em Itapecuru Mirim. No decorrer dos anos, outras ocupações de terras foram realizadas, com destaque para o acampamento Marielle Franco, no município de Itinga do Maranhão, em 2018, com 144 famílias. Azar, Silva e Silva (2021, p. 1433) afirmam que as terras onde o acampamento está localizado, “passou a ser objeto de disputa entre as famílias Sem Terra e a empresa Viena Siderúrgica, que alega possuir a titularidade da propriedade” [...].

O acampamento Marielle Franco se configura como símbolo de luta e resistência, nascendo pouco antes das eleições de 2018, ano em que Jair Messias Bolsonaro foi conduzido à presidência da república do Brasil. Em 2019, ano em que Bolsonaro tomou posse, deu-se início a um governo que intensificou os conflitos agrários, fortalecendo todas as formas de violência no campo e na cidade (Fotografia 1).

**Fotografia 1 – Violência no Campo.**



**Fonte:** Galeria do MST.

No ano de 2020, os conflitos de terras nos campos maranhenses se intensificaram, conflitos que, por vezes, chegaram ao ponto da violência extrema, ocasionando a morte dos camponeses. De acordo com Sodré (2021), no referido ano, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA) registrou e acompanhou 79 conflitos de terras no Maranhão. De acordo com

o autor, os referidos conflitos envolveram 7.262 famílias, sendo que destas, “58% eram quilombolas e 17% de famílias de comunidades tradicionais, números que revelam a falta de segurança institucional a que essas famílias estão submetidas” (Sodré, 2021, p. 145). Mas, apesar dos dados demonstrarem um alto índice de conflitos no processo de disputas territoriais, esse número pode ser bem mais alarmante. Dados obtidos pela CPT (Tabela 1), no que diz respeito aos conflitos agrários no Maranhão em 2020, destaca-se o estado como ocupante do primeiro lugar do Nordeste, com mais de 200 ocorrências e mais de 20 mil famílias.

**Tabela 1 – Estados que lideram os conflitos de terras no Nordeste - 2020**

UF	Ocorrências	Famílias	Área (ha)	Famílias Despejadas	Pistolagem
AL	18	1.694	13.680	75	472
BA	<b>127</b>	<b>9.585</b>	<b>161.017</b>	31	<b>260</b>
CE	17	4.294	15.278	-	-
MA	<b>203</b>	<b>20.864</b>	<b>1.336.227</b>	11	<b>2.794</b>
PB	14	6.078	31.281	-	-
PE	<b>74</b>	<b>3.546</b>	<b>40.273</b>	-	<b>339</b>
PI	18	439	7.569	-	36
RN	4	909	13	-	-
SE	4	271	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>483</b>	<b>48.600</b>	<b>1.605.338</b>	<b>117</b>	<b>3.901</b>

Fonte: CPT, 2021. Adaptação: os autores, 2023.

Este é um número bem expressivo em relação aos outros estados da região Nordeste. Ainda segundo a CPT, os conflitos “[...] referem-se à soma das ocorrências em que as famílias foram despejadas, expulsas, ameaçadas de despejo ou expulsão, tiveram seus bens destruídos ou foram vítimas de invasões, ações de pistolagem etc.” (CPT, 2021).

O estado do Maranhão é considerado uma das expressões dos conflitos de terra no país. A quantidade de litígios é reveladora da atuação do capital sobre o campo, conforme apontamos em trabalhos anteriores, o estado lidera o número de conflitos de terra em quase duas décadas. Posseiros, quilombolas, indígenas, assentados, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, sem terra, quebradeiras de coco babaçu entre outras categorias, têm em comum a participação na luta em defesa dos seus territórios, ainda que isso signifique estar em conflitos (Sodré, 2021, p. 141).

Com Bolsonaro assumindo o governo em 2019, “[...] os ataques à agenda socioambiental são crescentes e o enfraquecimento dos sistemas de proteção do meio ambiente e dos direitos humanos é uma realidade” (Pedrosa, 2021, p. 114). O autor também afirma que “[...] em razão do alastramento da epidemia de covid-19, as atividades

coletivas tiveram que ser restritas, em detrimento do avanço do agronegócio, que não conhecendo quarentena, continuou operando nos mesmos moldes” (Pedrosa, 2021, p. 115). Partindo deste entendimento, Fernandes *et al.* (2020) apontam que

O governo Bolsonaro tem se caracterizado de ultradireita, defendendo o uso de armas contra o campesinato, indígenas e quilombolas que lutam pela terra e territórios. A extrema direita tem propagado o ódio contra a esquerda, principalmente com difusão do antipetismo, com notícias falsas, xenofobia, homofobia, aporofobia e aversão às relações sociais não capitalistas (Fernandes *et al.*, 2020, p. 337-338).

Observa-se que, para além do caos causado pela covid-19, o desgoverno do então presidente da república contribuiu significativamente para que se alastrasse, também, os inúmeros de casos de violência no campo, em que camponeses, de modo geral, viveram em situações de conflitos e, muitas das vezes, perderam suas vidas. Os autores ainda afirmam que

[...] o governo Bolsonaro tem defendido o armamento da população e, principalmente, dos latifundiários. A violência contra a luta pela terra no Brasil tem ceifado dezenas de vidas todos os anos. O primeiro ano de governo que declaradamente defende a violência contra as ocupações teve um forte impacto na luta pela terra (Fernandes *et al.*, 2020, p. 340).

Como consequência das ações do referido governo, no ano de 2021, mesmo com os dados da pandemia em alta, no que se refere ao índice das infecções e mortes causadas pela covid-19, os conflitos de terras no Maranhão também se mostraram elevados, como pode ser observado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Estados que lideram os conflitos de terra no Nordeste em 2021**

<b>UF</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Famílias</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Famílias Despejadas</b>	<b>Pistolagem</b>
<b>AL</b>	9	4065	100	-	-
<b>BA</b>	<b>140</b>	<b>15.856</b>	<b>875.748</b>	<b>180</b>	<b>2.156</b>
<b>CE</b>	16	3719	12970	-	230
<b>MA</b>	<b>98</b>	<b>14.377</b>	<b>1.109.161</b>	-	<b>587</b>
<b>PB</b>	15	4.226	19.610	-	-
<b>PE</b>	<b>90</b>	<b>6.911</b>	<b>19.544</b>	<b>300</b>	<b>1.273</b>
<b>PI</b>	12	1.131	1.400	1	-
<b>RN</b>	6	370	-	-	-
<b>SE</b>	3	130	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>389</b>	<b>50.785</b>	<b>2.038.533</b>	<b>481</b>	<b>4.246</b>

**Fonte:** CPT, 2022. **Adaptação:** os autores.

No Maranhão, em 2021, a CPT contabilizou 14.377 famílias em situações de conflito de terras. A tabela não demonstra, mas ainda de acordo com a CPT, do total geral de conflitos no estado, nove são caracterizados como violência extrema, ou seja, nove pessoas (quilombolas, indígena, posseiros e quebradeiras de coco) com faixa etária entre 38 a 78 anos foram assassinadas no referido ano (CPT, 2021).

Já no ano de 2022, no Maranhão, foram registradas 178 ocorrências de conflitos pela terra, envolvendo 13.345 famílias (Tabela 3). Houve uma redução de 7.519 famílias envolvidas em relação ao ano de 2021.

**Tabela 3 – Estados que lideram os conflitos de terra no Nordeste em 2022**

<b>UF</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Famílias</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Famílias Despejadas</b>	<b>Pistolagem</b>
<b>AL</b>	24	2.282	2.551	-	40
<b>BA</b>	<b>179</b>	<b>9.546</b>	<b>275.421</b>	<b>657</b>	<b>4.182</b>
<b>CE</b>	12	1.717	5.362	-	-
<b>MA</b>	<b>178</b>	<b>13.345</b>	<b>2.357.175</b>	<b>152</b>	<b>1.109</b>
<b>PB</b>	18	3.893	21.469	-	20
<b>PE</b>	47	4.659	7.470	-	665
<b>PI</b>	15	127	6.200	-	17
<b>RN</b>	20	2.996	22.974	200	-
<b>SE</b>	3	318	8.125	-	-
<b>Subtotal</b>		496	38.883	2.706.747	1.009
					6.033

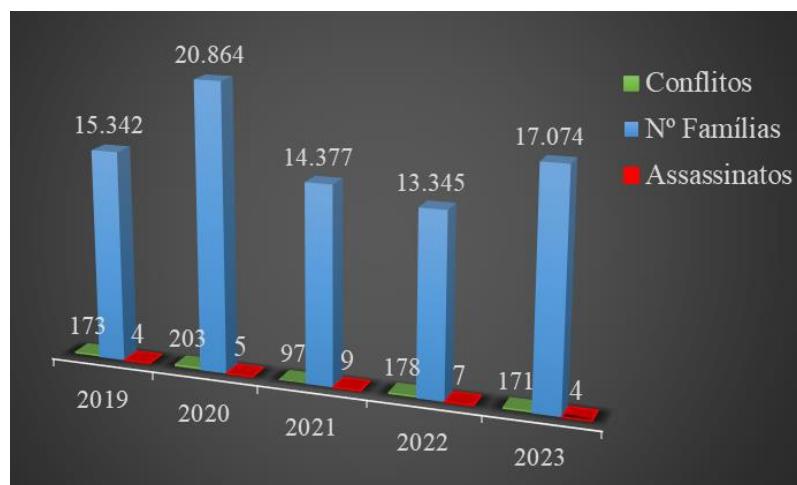
**Fonte:** CPT, 2023. **Adaptação:** os autores.

Ainda assim, o estado apresenta um número bem expressivo em relação aos outros estados da região Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia (CPT, 2023). Para melhor compreensão, o Gráfico 1, composto por dados da CPT referente aos conflitos de terras no Maranhão, faz um comparativo das violências agrárias no período de 2019 a 2022.

De acordo com os dados do Gráfico 1, no que se refere aos conflitos de terras no campo maranhense, apesar de 2020 apresentar o maior número de famílias envolvidas em conflitos de terras, podemos destacar o ano de 2021 como o mais violento em relação aos anos anteriores, com nove assassinatos, seguido de 2022, ano que registrou sete casos de violência extrema contra pessoas que perderam suas vidas. Ainda, segundo dados da CPT, o Maranhão é o segundo estado do Brasil com o maior número de conflitos agrários, considerando que, em 2022, o Estado registrou 178 conflitos e sete mortes devido às lutas por território. No ranking dos estados com maior registro de disputas pela terra no campo,

o Maranhão fica atrás apenas da Bahia, com 179 casos, seguido do Pará, com 175, e do Amazonas, com 152.

**Gráfico 1 - Conflitos de terras no Maranhão (2019-2022)**



**Fonte:** CPT, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024. **Org.:** os autores.

Trazendo um pouco mais para a atualidade, podemos observar que o Maranhão, em 2023, continuou no topo dos conflitos de terras (Tabela 4).

**Tabela 4 – Estados que lideram os conflitos de terra no Nordeste em 2023**

UF	Ocorrências	Famílias	Área (ha)	Famílias despejadas	Pistolagem
AL	28	3.635	12.451	-	494
BA	<b>202</b>	<b>19.033</b>	<b>835.892</b>	<b>2.931</b>	<b>4.063</b>
CE	13	734	7400	30	88
MA	<b>171</b>	<b>17.074</b>	<b>1.783.617</b>	<b>102</b>	<b>1.550</b>
PB	21	1.459	26.487	4	633
PE	55	4.524	16.883	81	681
PI	15	252	7.262	-	17
RN	20	3.443	10.440	-	-
SE	5	887	8.325	-	400
<b>Subtotal</b>	<b>530</b>	<b>51.041</b>	<b>2.708.757</b>	<b>3.148</b>	<b>7.578</b>

**Fonte:** CPT, 2024. **Adaptação:** os autores.

Os dados da Tabela 4 demonstram que em 2023, no Maranhão, foram registradas 171 ocorrências de conflitos pela terra envolvendo 17.074 famílias. Observa-se que houve uma pequena redução no que diz respeito ao número de ocorrências no estado, porém, com um expressivo aumento de 3.729 famílias em relação a quantidade de pessoas no ano de 2022. Desta forma, o Maranhão continua liderando o ranking dos conflitos da luta pela

terra em relação aos outros estados da região Nordeste, mantendo-se atrás apenas do estado da Bahia (CPT, 2024). Ainda, de acordo com os dados da CPT, dos números já expostos em relação aos conflitos de terras no Maranhão, em 2023, quatro pessoas foram brutalmente assassinadas, dentre elas, três indígenas e um quilombola. Também houve sete tentativas de assassinatos e 24 ameaças de morte.

Na Prancha 1 reunimos quatro mapas, um para cada ano (2020-2023), com a espacialização do conflito por terras no Nordeste. Em todos os anos, os estados da Bahia e do Maranhão figuram como os principais, demonstrado por avanços e recuos no número de ocorrências registradas.

De modo geral, os números para 2023 são mais elevados se consideradas as lutas travadas para além do direito à terra, mas também por água e contra o trabalho escravo no campo. Como demonstra a CPT (2024), no Maranhão, foram 13 ocorrências envolvendo 104 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão, e 22 disputas por água, com 1.962 famílias envolvidas. No ano de 2023, o referido estado protagonizou um total de 206 conflitos nos campos maranhenses, abrangendo 76.248 pessoas.

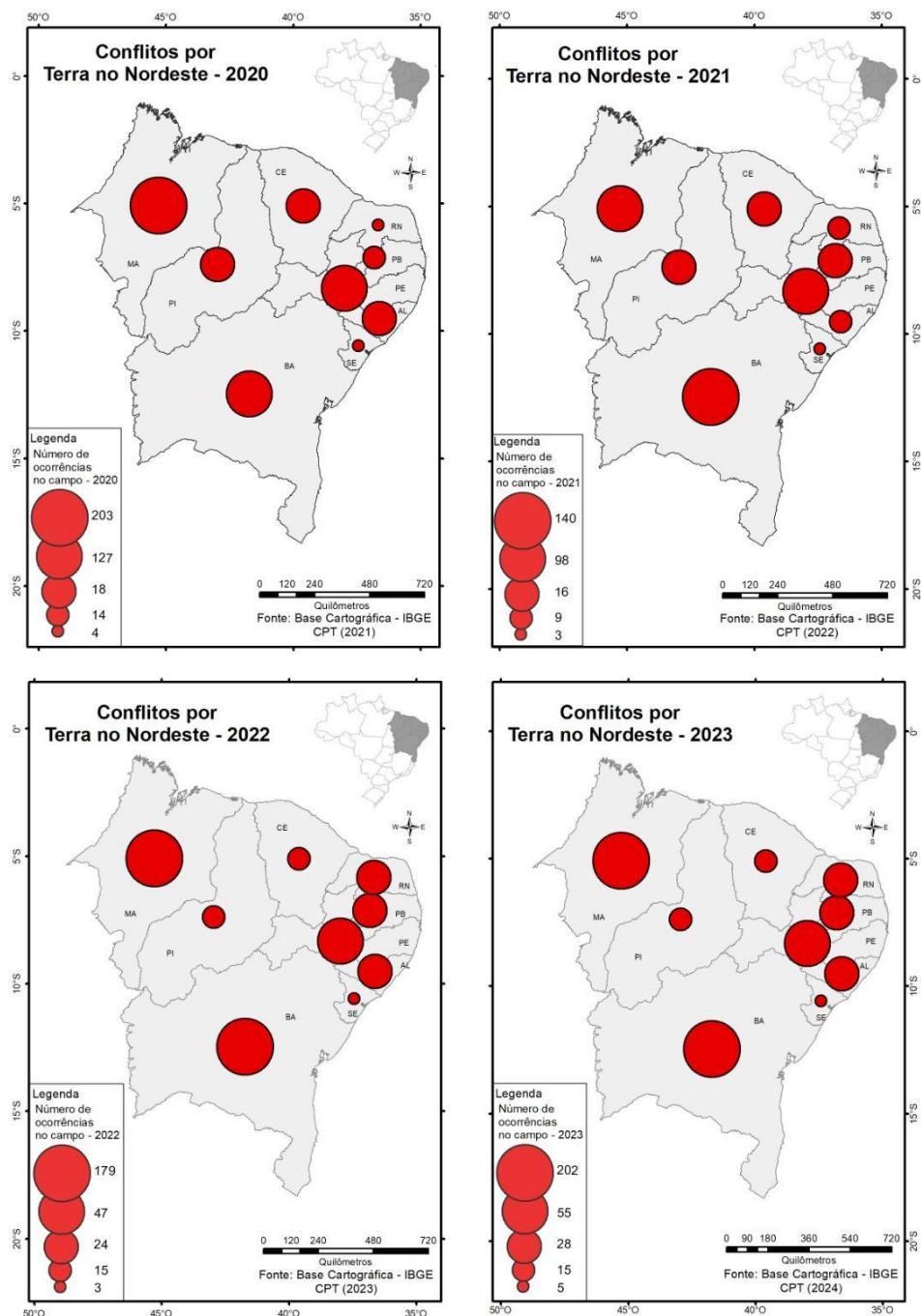
Essas disputas têm colocado o campo brasileiro em constante situação de conflitos, privatizando a terra e tornando-a mercadoria. “Desde então, do conflito direto entre o latifúndio e o campesinato têm sido desencadeadas particularidades importantes, devidas à caracterização geral de confronto, que envolvem a dinâmica das conflitualidades agrárias” (Azar; Silva; Silva, 2021, p. 1438). Os autores também afirmam que

Por conta disso, a violência, a perseguição e a morte no campo brasileiro têm sido presentes em nossa história. As práticas de controle da terra são algo em comum entre o “velho” latifúndio e o atual latifúndio reconfigurado de agronegócio. No último período, o agronegócio tem se fortalecido como principal expoente do capital no campo, valendo-se do discurso da modernidade e sustentabilidade, no sentido de ganhar a opinião pública brasileira. Entretanto, no cotidiano do campo brasileiro, existe a repetida prática da grilagem, violência, desmatamento e o aumento constante do uso de agrotóxicos, usados em nome do desenvolvimento, mas trazendo impactos à natureza e à sociedade (Azar; Silva; Silva, 2021, p. 1438).

Além das ações do ex-presidente Bolsonaro expostas, a titulação de assentamentos é outra prática do referido governo que também trouxe consequências para os territórios da reforma agrária. De acordo com Careca, codinome escolhido pelo entrevistado, em trabalho de campo, os programas de regularização fundiária dialogam com os objetivos do capital, pois nas últimas décadas observa-se a tentativa de garantir o domínio privado

das terras. Desta forma, uma vez privados e regularizados, esses territórios conformam o mercado de terras, momento em que o capital expande suas fronteiras sobre os territórios dos mais pobres, ou seja, dos camponeses, indígenas, quilombolas, dentre outros.

**Prancha 1 - Conflitos por terras no Nordeste - 2020-2023**



**Fonte:** CPT, 2023. **Organização:** os autores, 2024.

Diante desse cenário de conflitos e ataques à reforma agrária popular por meio das ações do ex-presidente Bolsonaro, é que a comunidade Morada Nova – Baixa do Arroz vive e resiste, como veremos na seção seguinte. Destacamos o processo de lutas e resistências do assentamento, com foco nos conflitos internos, educação, cultura, lazer e produção agroecológica.

### **Morada Nova – Baixa do Arroz: território camponês que luta e resiste**

Tendo em vista todo esse processo que acomete o Maranhão, como explicitado até aqui, em que o referido estado se configura como um dos que lideram o *ranking* de conflitos de terras no Brasil, Morada Nova – Baixa do Arroz é um território camponês que luta e resiste.

Morada Nova – Baixa do Arroz é uma comunidade localizada na zona rural do município Monção, na baixada maranhense, cerca de 246 km de São Luís, a capital do estado. De acordo com o IBGE (2021), o município tem 33.888 habitantes, e destes, cerca de 70% residem na zona rural. A comunidade integra o assentamento Diamante Negro Jutay, sendo fruto das lutas dos trabalhadores sem-terra que ocuparam a fazenda Diamante Negro às margens da BR-222, no então município Vitória do Mearim - MA no ano de 1985. Com a desapropriação da área em 1994, o MST passou a organizar as famílias que já moravam em vários pontos da região, formando uma única vila, Morada Nova – Baixa do Arroz.

Sobre Monção,

A economia do município é de base essencialmente agrícola, cujos principais produtos são o arroz, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, milho, melancia, leite de vaca, gado para corte, criação de aves, banana, castanha de caju, coco, dentre outros. O município não possui indústrias instaladas em seu território e o setor terciário é constituído, essencialmente, pelo comércio (Mendonça, 2015, p. 29).

Morada Nova – Baixa de Arroz - abrange uma área de aproximadamente 643 hectares de terras, composta por 58 famílias cadastradas no SIPRA do INCRA e 32 famílias excedentes. Ao todo, vivem 90 famílias na referida comunidade, contendo uma população estimada de 300 habitantes, incluindo crianças, jovens e adultos. As principais atividades produtivas são a lavoura e a pesca artesanal. A comunidade localiza-se numa área riquíssima em recursos naturais, como lagos e áreas de floresta nativa e animais, de onde as famílias tiram seus sustentos tanto para o auto-consumo quanto para a rentabilidade familiar.

A área da agrovila, além de rica no que diz respeito aos recursos naturais já citados, é conhecida também devido ao seu contexto histórico. Segundo relatos de alguns moradores, antigamente existia um quilombo chamado Jutay, às margens do rio Pindaré, onde muitos escravizados se refugiavam em busca de liberdade.

Atualmente, existe uma associação das famílias assentadas denominada Associação dos Produtores de Morada Nova e Baixa do Arroz, criada em 1994. No que diz respeito aos serviços públicos, Morada Nova – Baixa do Arroz conta com uma nomeada Escola Municipal Conrado Pereira, um posto de saúde, um agente de saúde e abastecimento de água feito por um poço artesiano. Além do mais, a comunidade é um território camponês rico em manifestações culturais, pois é realizado tambor de crioula em homenagem ao santo São Benedito, bumba meu boi que se apresenta em várias cidades no período de São João, festejo do divino espírito santo, festejo de reggae em devoção a São João Batista (padroeiro da comunidade), entre outras (Fotografia 2). Também há outras diversas formas de lazer, como realizações de torneios de futebol, banhos, corridas de cavalo, regata de canoa e barcos.

**Fotografia 2 - Tambor de crioula mirim**



**Fonte:** Fábio Carvalho. **Adaptação:** os autores, 2024.

No que diz respeito aos serviços públicos citados, destaca-se a Escola Municipal Conrado Pereira, homenagem ao patriarca da referida comunidade (Fotografia 3). A escola é concebida como um território em constante disputa, fruto das lutas dos camponeses assentados e organizados pelo MST que passaram a promover reivindicações junto ao INCRA, visando não apenas o direito à terra, mas a educação dos seus filhos também. A escola integra a rede municipal de ensino, e atende alunos da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental. Em 2019, abriu as portas para as turmas do ensino médio, o qual funciona numa sala externa ao espaço da escola, localizada na sede de Monção.

**Fotografia 3 - Escola Municipal Conrado Pereira**



**Fonte:** Arquivo pessoal, 2021.

De acordo com Mendonça (2023) desde a fundação da escola em Morada Nova – Baixa do Arroz, até os dias atuais, a instituição não atende às expectativas do campesinato no que tange às práticas pedagógicas, uma vez que a escola não possui um currículo pensado e voltado para a realidade do campo, enquanto espaço de vida e resistência dos sujeitos envolvidos. O autor afirma que isto,

É consequência da negligência de quem está no poder, ou seja, dos gestores municipais de Monção, que de modo geral, disponibiliza para as escolas do campo, uma educação cujo objetivo é a reprodução dos objetivos capitalistas, educação rural. Outro elemento que contribui com a fragilidade educacional em Morada Nova – Baixa do Arroz é a falta de conhecimento dos gestores municipais em relação à política da educação do campo (Mendonça, 2023, p. 136).

A educação do campo é um projeto educacional que busca a emancipação política dos sujeitos que historicamente vem sendo oprimidos (o homem e a mulher que vive no

e do campo) e com seus direitos negados, entre eles, a educação. No que diz respeito a escola enquanto território em disputa, Kolling e Caldart (2017), por meio do Caderno de Educação nº 14, afirmam:

A escola é uma instituição que tem uma construção social e histórica. Sua trajetória encarna/reproduz as contradições sociais que nascem fora dela, e vai sempre tender ao polo socialmente hegemônico se não houver uma forte intencionalidade na outra direção; escola como lugar do ócio x escola como lugar do trabalho; escola das elites x escolas dos trabalhadores; escola como território dos interesses do capital x escola como território dos interesses públicos, do povo, da maioria (Kolling; Caldart, 2017, p.110).

Entretanto, “mesmo a referida escola ainda não correspondendo às expectativas do campesinato [...] observa-se, também, que a escola é um território em disputa desde as lutas pela criação do assentamento” (Mendonça, 2023, p. 136), e pelo acesso às políticas públicas de qualidade.

Por territórios, caracterizamo-os como um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, por meio das relações sociais, políticas ou culturais (Raffestin, 1993). Se tratando do território camponês, Fernandes (2012) afirma que, [...] as “relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos, mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas” (Fernandes, 2012, p. 746).

Apesar de Morada Nova compor a história de luta e conquista da terra no Maranhão, o estado ainda apresenta muitos conflitos fundiários, pois:

A atual estrutura fundiária maranhense é resultado de um processo histórico desigual visto que os aparatos legais de acesso à terra sempre privilegiaram os detentores do poder político e econômico. Essa mesma estrutura tem respondido por inúmeros conflitos em diferentes regiões do estado, geralmente ligados a processos de expropriação territorial de comunidades tradicionais e/ou assentados (Lima *et al.*, s.d., p. 6).

Como já exposto, o governo do ex-presidente Bolsonaro se consagrou de forma omissa, facista e regressiva, principalmente para a classe trabalhadora e organizações sociais do campo e cidade, que de acordo com Nogueira (2020, p. 157), passaram a ser, cada vez mais, alvo de ataques [...]. Ainda, de acordo com o autor,

O clima de recusa aos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, organizações não governamentais etc. não é algo isolado e tem se generalizado num clima bastante hostil, em especial, para grupos sociais que se encontram mais vulneráveis às violências simbólicas e físicas e que, durante o ciclo neodesenvolvimentista, não logrou conquistas efetivas de Estado” (Nogueira, 2020, p. 157).

Nesse sentido, a região da baixada não se mostra diferente, pois são registrados inúmeros conflitos, conforme dados apresentados pela CPT (2020 a 2023). Alcântara, Arari e Monção, dentre outros municípios que compõem a baixada maranhense, integram o quadro de conflitos de terras no Maranhão.

De acordo com a CPT, entre 2020 e 2023, Alcântara registrou 70 casos de conflitos no campo, Arari 14 casos e Monção aparece com quatro registros. Essa situação vem abrangendo e tomando maiores proporções, principalmente na região da Baixada, pertencente à mesorregião Norte Maranhense, que é constituída por 21 municípios, entre eles, Monção. Como já exposto, em 2021 no Maranhão, os conflitos causados pelas disputas territoriais envolveram 14.377 famílias em vários municípios do estado. Dentre eles, Monção aparece com 45 famílias. Porém, os dados relacionados ao município podem ser ainda maiores, considerando que podem existir casos de conflitos não contabilizados.

Uma dessas lutas travadas que não constam nas áreas de conflitos explicitadas é a realidade vivenciada pelas famílias da comunidade São Raimundo, composta por 29 famílias, na qual Morada Nova – Baixa do Arroz se soma nesta luta, já que ambas compõem o assentamento Diamante Negro Jutay. Isto porque, apesar da emissão de posse do assentamento em 1994, em 2010, mais precisamente no mês de abril, a comunidade foi surpreendida por um conflito inusitado.

A comunidade foi abordada por um grupo que se auto intitulava quilombola, e reivindicava a área da comunidade. Sob acusação de tratar-se de uma herança, a liderança do grupo passou a ameaçar as famílias em São Raimundo. Este conflito, até hoje, não foi resolvido pelo INCRA, o que provoca insegurança nas famílias assentadas.

Como já mencionado, outra ação de Bolsonaro que trouxe consequências para os sujeitos que vivem no e do campo foi a titulação de assentamentos da reforma agrária. Sobre isto, no ano de 2022, o INCRA, por meio de uma empresa privada, reuniu as famílias cadastradas no SIPRA em Morada Nova – Baixa do Arroz e comunidades vizinhas, para promover a titulação das terras. O processo de titulação pode ser realizado via Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), Título de Domínio (TD) e Contrato de Concessão de Uso (CCU). De acordo o MST, a CDRU é um título gratuito e definitivo que garante segurança jurídica necessária às famílias camponesas sobre o direito à terra, não permitindo que esta seja vendida. O TD, tem o mesmo peso

do CDRU, porém, é um título privado onde os assentados precisam pagar para sua obtenção, e não inibe depois a venda das terras.

Para os assentados de Morada Nova - Baixa do Arroz foi apresentado o CCU como única opção para as famílias receberem o título de seus territórios. Sobre o CCU, o MST afirma que o documento apenas visa reconhecer “formalmente a condição de assentados que a família exerce”. O Movimento afirma ainda que, o real objetivo do governo bolsonarista com a política fundiária, “para além da propaganda enganosa, é entregar Títulos Definitivos às famílias assentadas sem investimentos nos assentamentos, para que possam vender os lotes aos fazendeiros vizinhos. Com isso estimula a reconcentração fundiária” (MST, s.d.).

Corroborando com esse pensamento, Pinto (2023) afirma a ausência de políticas de reforma agrária e o destaque na titulação individual nas áreas de assentamentos: [...] “deixam claro que o objetivo dessa mudança de rumo na política agrária se inscreve em um claro processo de privatização de terras públicas, cuja consequência mais imediata é a perda do controle público de um enorme patrimônio fundiário da União” (Pinto, 2023, p. 11). Essas famílias deveriam estar protegidas do processo de mercantilização, com a proteção da posse de milhares de famílias.

Segundo relato de alguns moradores, por não conhecerem o real objetivo do CCU, em Morada Nova – Baixa do Arroz, as famílias assinaram o documento e, como consequência disso, até os dias atuais, tem enfrentado problemas. Isto porque a empresa enviada pelo INCRA para realizar a titulação das terras no assentamento não atualizou o cadastro de muitas famílias junto ao sistema nacional.

Ainda que pesem as ações do governo de Bolsonaro em relação à reforma agrária, a luta resiste, pois juntamente com o MST, segue mobilizando e reivindicando o direito à terra. Outras práticas que definem a referida comunidade é a valorização do campo como seu território de vida e resistência, produzindo alimentos agroecológicos por meio da agricultura camponesa, e defendendo a não venda dos lotes, considerando que Morada Nova está localizada numa área rica e diversa de recursos naturais (Fotografias 4 e 5).

Outra característica de resistência em Morada Nova - Baixa do Arroz, enquanto território camponês, é o processo de resgatar e fortalecer as raízes culturais existentes na comunidade. Além do mais, são sujeitos que compõem a história da luta pela terra no Maranhão e, desde então, em parceria com o MST, buscam ocupar todos os espaços de

direito para além da terra e acessar políticas públicas de qualidade, como moradia, saúde, educação, infraestrutura, trabalho e vida digna.

**Fotografia 4 - Cultivo de arroz livre de agrotóxicos**



**Fonte:** Belinha, assentada da reforma agrária, 2024.

**Fotografia 5 - Produção agroecológica de melancia, mandioca e maxixe**



**Fonte:** Zezinho, assentado da reforma agrária. **Adaptação:** os autores, 2024.

Se referindo à cultura, ela tem um papel importante no processo de fortalecimento da identidade dos sujeitos no território, resgatando e ou fortalecendo as raízes culturais existentes na comunidade. No que diz respeito à agroecologia, esta surge como projeto da agricultura familiar mais sustentável para a classe trabalhadora do campo e da cidade, contrapondo o modelo de produção capitalista expresso pelo agronegócio.

Diante do exposto, evidencia-se Morada Nova – Baixa do Arroz como território do campesinato que luta e resiste, com foco nos conflitos internos, educação, cultura, lazer e produção agroecológica.

### **Considerações finais**

A pesquisa apresentada faz uma reflexão sobre a disputa pela terra no Maranhão, contextualizando Morada Nova – Baixa do Arroz - no Maranhão, caracterizado como território camponês e espaço de vida, lutas e resistências.

Nesse sentido, a trajetória da luta pela terra no Brasil é composta de muitos conflitos desde a invasão portuguesa, agravada, principalmente, nos territórios camponeses. No Maranhão, infelizmente, tal situação não é diferente, tanto que os dados da CPT mostram que o Maranhão vem ocupando o segundo lugar no *ranking* dos conflitos do campo, perdendo apenas para o estado da Bahia.

Como já mencionado anteriormente, o campo está em constante processo de disputa da classe dominante em relação a classe trabalhadora, que visa a reforma agrária como projeto de melhoria de vida. Ou seja, de um lado a concentração da terra, a exploração da força de trabalho, o monocultivo, a destruição dos bens naturais e a maximização de lucros; de outro lado, a divisão social da terra, a diversificação da produção, o trabalho coletivo, as políticas públicas em prol da agricultura camponesa e a qualidade de vida, a cultura e a agroecologia. Nesta perspectiva, Morada Nova - Baixa do Arroz, se configura como território do campesinato que luta e resiste na busca do desenvolvimento territorial e consolidação da reforma agrária popular.

## **Referências**

- ALENTEJANO, P. R. R. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 01-30, 29 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52451> Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/52451> Acesso em: 11 out. 2024.
- ARAÚJO, H. F. A. **Estado/Movimentos Sociais no Campo:** a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010. 387 p. Disponível em: [www.reformaagrariaemdados.org.br/](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/). Acesso em: 17 ago. 2021.
- ARAÚJO, L. A. **Nas trilhas da educação do campo:** reflexões sobre a construção do PPP da escola Maria Mata, assentamento São Domingos, Nina Rodrigues, Maranhão. Dissertação (Mestrado) Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa, BA. 2020.
- AZAR, Z. S.; SILVA, J. J. B.; SILVA, A. G. A judicialização e a luta pela terra no Maranhão: o acampamento Marielle Franco - Itinga do Maranhão. **Ciência Geográfica**, Bauru v. XXV - (4): jan./dez. 2021, p. 1423-1441. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV\\_4/agb\\_xxv\\_4\\_web/agb\\_xxv\\_4-16.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_4/agb_xxv_4_web/agb_xxv_4-16.pdf). Acesso em: 10 maio 2024.
- BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v3i3p474-489>
- COLETTI, C. **O MST e os limites da luta pela terra no Brasil – (1998; 2005).** s.d.. 14 p. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/claudinei.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2021.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2022.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2023.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2023**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2024.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial.

s. d. Disponível em:

<https://www.enfoc.org.br/system/arquivos.dокументos/71/f1301questo-agraria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf> Acesso em: 5 set. 2024.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 746-750.

FERNANDES, B. M.; CLEPS JUNIOR, J.; SOBREIRO FILHO, J.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B.; PEREIRA, L. I. A questão Agrária no Governo Bolsonaro: Pós-Fascismo e Resistência. In. “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333-362, dez. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/347506748>. Acesso em: 8 jun. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=21> Acesso em: 7 out. 2021.

JAUMONT, J.; VARELLA, R. V. S. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 13, 2016 p. 414-464. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.21833> Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21833> Acesso em: 16 jun. 2021.

KOLLING, E. J.; CALDART, R. S. Setor de Educação do MST. In: KOLLING, E. J.; CALDART, R. S. (org.). **Caderno de Educação nº 14**. Expressão Popular. 2017.

LARA, R.; SILVA, M. A. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo. n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.023> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTNXZhpm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 4 nov. 2021.

LIMA, R. M. B. F.; COSTA, F. S.; SANTOS J. N. **A Geografia dos conflitos agrários nas microrregiões da Baixada e do Litoral Ocidental Maranhense**. s.d.. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/6encontro/trabalhos/Trabalho294.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

**MENDONÇA, E. S. A ausência de oferta do ensino médio no assentamento Morada Nova Baixa do Arroz:** consequências para a educação do campo. Monografia (Graduação) Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Licenciatura em Pedagogia da Terra. Bacabal, 2015. 43p.

**MENDONÇA, C. M. S. Escola do campo e juventude sem terra na luta pela educação do campo e pela reforma agrária popular:** o caso da Escola Municipal Conrado Pereira no Maranhão. Dissertação (Mestrado) Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, São Paulo, 2023, 160p.

**MORISSAWA, M. A História da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001, 256p.

**MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nota pública do MST sobre titulação nos assentamentos de reforma agrária.** s. d. Disponível em:  
<https://mst.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Titulacao-nos-Assentamentos.pdf>  
Acesso em: 12 out. 2024.

**NOGUEIRA, L. Colorindo o Projeto Popular para o Brasil.** In: NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. (org). **O Brasil fora do armário:** diversidade sexual, gênero e lutas sociais. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. Fundação Rosa Luxemburgo, 2020, 200p.

**PEDROSA, L. A. C. A Questão Agrária no Maranhão: identidade e resistência do campesinato tradicional.** In: CABRAL, D. D. R.; SILVA, E. C.; PEDROSA, L. A. C.; MARTINI, L. M.; SODRÉ, R. B.; ROCHA, A. T. F. (org.). **Conflitos e Lutas dos Trabalhadores Rurais no Maranhão - ano 2020.** São Luís: UEMA Edições, 2021. p. 103-120.

**PINTO, P. M. B. Titulação dos assentamentos rurais:** o que está em jogo quando a mercantilização da terra é priorizada em detrimento da reforma agrária? [Org.: Julianna Malerba]. Rio de Janeiro. FASE. 2023. (Série Direito à terra e ao território). Disponível em: [https://fase.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Nota-tecnica\\_reforma-agraria-DIGITAL.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Nota-tecnica_reforma-agraria-DIGITAL.pdf) Acesso em: 12 out. 2024.

**RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

**SODRÉ, R. B. Os conflitos não se isolaram: uma geografia dos conflitos agrários no Maranhão em 2020.** In: CABRAL, D. D. R.; SILVA, E. C.; PEDROSA, L. A. C.; MARTINI, L. M.; SODRÉ, R. B.; ROCHA, A. T. F. (org.). **Conflitos e Lutas dos Trabalhadores Rurais no Maranhão - ano 2020.** São Luís: UEMA Edições, 2021. p. 139-149.

Recebido em 02/07/2025.

Aceito para publicação em 05/12/2025.